

LEONARDO BUISSA
LUCAS BEVILACQUA

Coordenadores

Prefácio

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Apresentação

Regina Helena Costa

PROCESSO TRIBUTÁRIO

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Florian de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Marcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinora Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

P963 Processo tributário / Leonardo Buissa, Lucas Bevilacqua (Coord.). –
Belo Horizonte : Fórum, 2019.

447p.; 14,5cm x 21,5cm
ISBN: 978-85-450-0660-2

1. Direito Tributário. 2. Direito Processual Civil. I. Buissa, Leonardo. II. Bevilacqua, Lucas. III. Título.

CDD 341.39
CDU 34:336

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BUSSA, Leonardo; BEVILACQUA, Lucas (Coord.). *Processo tributário*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 447p. ISBN 978-85-450-0660-2.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA	15
---	----

APRESENTAÇÃO

REGINA HELENA COSTA	17
----------------------------------	----

PARTE 1

O NCPC E O PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**OS LIMITES DO DEVER DE COOPERAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

CAIO AUGUSTO TAKANO, ARTHUR LEITE DA CRUZ PITMAN	21
---	----

1	Introdução	21
2	A noção de cooperação e a sua positivação no Código de Processo Civil de 2015	23
3	O dever de cooperação no processo administrativo fiscal	30
4	Consequências da não cooperação do contribuinte no processo administrativo fiscal	33
5	Conclusão	38
	Referências	38

PROVA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON	41
--	----

1	Introdução	41
2	Ônus da prova nos processos administrativos tributários	42
3	Prova pericial nos processos administrativos tributários	49
4	Ata notarial	56
5	O art. 371 do CPC/2015 e o fim do livre convencimento	57
6	Encerramento	58
	Referências	58

IMPACTOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC) NA SUSPENSÃO DOS JULGAMENTOS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF)

ALEXANDRE COELHO DE OLIVEIRA, LUCAS BEVILACQUA	61
Introdução	61
1 Processo administrativo tributário no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)	62
2 A aplicabilidade supletiva e subsidiária do CPC e o PAT	64
3 A eficiência aplicada ao PAT por meio das instrumentalidades repetitivas	68
4 Considerações finais	73
Referências	73

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E A APLICABILIDADE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS AO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

GABRIEL CARVALHO ZAMPIERI	79
Introdução	79
1 Abordagem processual civil	80
1.1 Precedentes judiciais e a relação com o processo tributário	81
1.2 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	83
2 Abordagem processual administrativa	87
2.1 Aplicação das decisões proferidas em repercussão geral e recurso repetitivo no CARF	88
2.2 Aplicação do artigo 15 do Código de Processo Civil aos processos do CARF	88
3 Alcance das decisões dos Tribunais Regionais Federais	90
4 Conclusão	92
Referências	95

A POSSIBILIDADE DE REALIZAR TRANSAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E A CORRETA INTERPRETAÇÃO DO TERMO LITÍGIO CONSTANTE NO ARTIGO 171 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

ERICA CARNEIRO PEREIRA DE OLIVEIRA SILVA	97
Considerações iniciais: o papel da tributação no Estado Democrático de Direito. A transação em matéria tributária como forma de alcançar esse escopo	97

1	Breve delineamento sobre o conceito de transação em matéria tributária.....	100
2	A compatibilidade entre os dogmas do Direito Administrativo e a possibilidade de transacionar em matéria tributária	103
3	O problema jurídico consistente na delimitação do conceito de “(de)terminação de litígio” exposto no artigo 171 do Código Tributário Nacional.....	107
	Considerações finais	113
	Referências	114

PARTE 2

O NCPD E SEUS REFLEXOS NA EXECUÇÃO FISCAL

AVERBAÇÃO PRÉ-EXECUTÓRIA: CONTEXTUALIZAÇÃO NORMATIVA E CONSTITUCIONALIDADE

	PHÉLIPPE TOLEDO PIRES DE OLIVEIRA, ROGÉRIO CAMPOS.....	117
1	Introdução	117
2	A averbação pré-executória no contexto das medidas de racionalização da cobrança do crédito tributário	118
3	Moldura legal da averbação pré-executória	121
4	Da reserva de lei complementar e compatibilidade da averbação pré-executória com o Código Tributário Nacional	126
5	Conclusão	130
	Referências	132

BREVES APONTAMENTOS SOBRE O CPC/2015 E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS NA EXECUÇÃO FISCAL

	ELMO JOSÉ DUARTE DE ALMEIDA JÚNIOR.....	133
1	Introdução	133
2	A aplicação subsidiária do CPC/2015 às execuções fiscais	134
3	A contagem dos prazos em dias úteis.....	137
4	Honorários advocatícios.....	138
5	Penhora <i>on-line</i> antes da citação do devedor.....	140
6	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes	144
7	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e o redirecionamento das execuções fiscais	145
8	Considerações finais	148
	Referências	149

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE NO PROCESSO TRIBUTÁRIO

MARCÍLIO DA SILVA FERREIRA FILHO	151
1 Natureza jurídica e características	152
2 Questões recursais importantes	158
3 Honorários advocatícios na EPE	160
4 Últimos comentários.....	165
Referências	165

O REGIME DE EXPROPRIAÇÃO NO NCPC E A APLICAÇÃO À LEF

MAX MÖLLER	167
1 Aplicação das normas processuais à LEF	167
1.1 Natureza das normas envolvendo expropriação	171
2 As novidades do Novo Código de Processo Civil aplicáveis à execução fiscal.....	171
2.1 Alienação de bens indivisíveis. Submissão do bem de terceiro à execução.....	172
2.2 Dispensa de avaliação para automóvel ou bem com quotação.....	175
2.3 Prevalência e consolidação do leilão eletrônico	176
2.4 Aplicação de toda a reforma relativa à citação e intimação	180
2.5 As dúvidas envolvendo a adjudicação.....	181
Conclusão	183
Referências	184

INCONSTITUCIONALIDADE DO BLOQUEIO UNILATERAL DE BENS PELA FAZENDA PÚBLICA PARA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

ALBERTO MEDEIROS.....	185
1 Introdução	185
2 Desvirtuamento do sistema de cobrança da dívida ativa tributária federal e empoderamento desmedido da Fazenda Pública Federal	188
3 Inconstitucionalidade do bloqueio unilateral por afronta ao devido processo legal substantivo e reserva de jurisdição	192
4 Conclusão	201
Referências	202

SISTEMA MULTIPORTAS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A CRISE DA EXECUÇÃO FISCAL

RAFAEL CAMPOS SOARES DA FONSECA	203
1 Introdução	203
2 Acesso à justiça e o processo tributário na Constituição da República de 1988	205
3 Justiça e eficiência da execução fiscal	205
4 O esgotamento do modelo vigente de execução fiscal	207
5 O sistema multiportas no CPC e suas potencialidades no processo tributário	210
6 Conclusão	213
Referências	213

PARTE 3

O NCPC, A FASE DE CONHECIMENTO E OS REFLEXOS NO PROCESSO TRIBUTÁRIO

DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO, ORDEM CRONOLÓGICA DOS JULGAMENTOS E DEVER DE COOPERAÇÃO

EDUARDO MUNIZ MACHADO CAVALCANTI	217
1 Introdução	217
2 O princípio da razoável duração do processo e a ordem cronológica dos julgamentos	218
3 O dever de cooperação e suas repercussões no âmbito tributário ...	229
4 Conclusão	238
Referências	239

REFLEXÕES SOBRE A TUTELA PROVISÓRIA NO PROCESSO TRIBUTÁRIO

LÁZARO REIS PINHEIRO SILVA	241
1 Introdução	241
2 O processo de positivação da obrigação tributária e a tutela jurisdicional própria à solução do conflito tributário	244
3 A tutela provisória no CPC-15: cuidados na sua aplicação aos conflitos de Direito Tributário.....	248
4 Conclusões.....	256
Referências	257

AS TUTELAS PROVISÓRIAS NO CPC/15 (LEI Nº 13.105/15) E A ANTECIPAÇÃO DE GARANTIA NO ÂMBITO TRIBUTÁRIO

SÉRGIO FARINA FILHO, FABIO TARANDACH,

FERNANDO WATANABE259

1	Introdução	259
2	As tutelas provisórias no novo CPC/15	260
3	O cabimento da tutela de evidência	261
4	O cabimento da tutela de urgência cautelar	263
5	A incoerência teórica da utilização da tutela de urgência antecipada	265
6	Conclusão	266

O PODER INSTRUTÓRIO DO JUIZ E O ÔNUS DINÂMICO DA PROVA NO PROCESSO TRIBUTÁRIO

LEONARDO BUISSA, GABRIEL BUISSA269

1	Considerações iniciais: devido processo legal e ordem jurídica justa	269
2	Boa-fé, lealdade e cooperação no direito probatório.....	271
3	Poderes do juiz em matéria de prova.....	272
4	Finalidade, destinação e objeto da prova: sua relação com o convencimento do juiz.....	273
5	Poderes instrutórios do juiz.....	276
6	Persuasão racional.....	279
7	Ônus da prova	282
8	Inversão do ônus da prova. Distribuição dinâmica do ônus da prova	285
9	Considerações finais	288
	Referências	289

OS LIMITES PARA A RESCISÃO DE DECISÃO JUDICIAL QUE ARBITRA HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

MARCO BETONI291

I	Introdução	291
II	O termo inicial do prazo decadencial e a coisa julgada parcial.....	293
III	A necessidade de demonstração de violação ao artigo 85 do CPC para o ajuizamento de ação rescisória contra o arbitramento de honorários de sucumbência	296
IV	A caracterização da <i>supressio</i>	298

V	Conclusão	299
	Referências	300

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS OU CRÉDITOS DA FAZENDA PÚBLICA? (QUANDO OS BENS ARRECADADOS NÃO BASTAM À SATISFAÇÃO DE AMBOS)

CLAUDINEY ROCHA REZENDE	301
Introdução	301
1 Os objetos em disputa	302
1.1 Honorários advocatícios	303
1.2 Créditos da Fazenda Pública	304
1.3 Classificação, privilégios e preferências	305
2 Os sujeitos envolvidos	307
2.1 Fazenda Pública	307
2.2 Advogados públicos	308
3 Os parâmetros constitucionais	308
4 As alternativas	310
4.1 Exclusão	310
4.2 Imputação	312
4.3 Comunhão	314
Conclusão	317
Referências	320

PARTE 4

DO SISTEMA DECISÓRIO E A FASE RECURSAL DO NCPC E O PROCESSO TRIBUTÁRIO

SEGURANÇA JURÍDICA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, MODULAÇÃO DE EFEITOS E O PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 927 DO NOVO CPC (LEI Nº 13.105/2015)

JEFERSON TEODOROVICZ	325
Introdução	325
1 Algumas breves linhas sobre segurança jurídica no Direito Tributário	326
2 A modulação dos efeitos em decisões de inconstitucionalidade no controle concentrado e outras hipóteses	331

3	Da aceitação anterior da literatura especializada sobre a possibilidade de modulação de efeitos em alteração de jurisprudência dominante	337
4	Modulação de efeitos em decisões que se pronunciam acerca da constitucionalidade – ou não – de leis ou atos normativos: precedentes contrários ou favoráveis ao Estado ou ao cidadão	341
5	A modulação de efeitos trazida pelo art. 927, parágrafo 3º, do novo CPC/2015	346
	Considerações finais	353
	Referências	355

LIMITES DA COISA JULGADA TRIBUTÁRIA E O POSICIONAMENTO DO STF

MARINA TANGANELLI BELLEGARDE	357
Introdução	357
1 Primeira parte: definições	358
1.1 Segurança jurídica	358
1.2 Coisa julgada	360
1.3 Coisa julgada como manifestação da segurança jurídica	363
2 Segunda parte – aplicabilidade no Direito Tributário	367
2.1 Limites da coisa julgada	367
2.1.1 Disposições do art. 505, inciso I, do CPC	367
2.1.2 Conciliação entre a segurança jurídica e a igualdade	371
2.2 Análise prática de jurisprudência – a questão da CSLL	375
Conclusão	379
Referências	381

A REPERCUSSÃO GERAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: OBSERVAÇÕES SISTÊMICAS E PROCESSUAIS

ULISSES SCHWARZ VIANA	383
I Introdução	383
II As demandas tributárias e a repercussão geral no processo civil brasileiro	384
II.a A tributação como fenômeno complexo inserido em um <i>acoplamento estrutural complexo (komplexe strukturelle Kopplung)</i> entre <i>direito, economia e política</i>	384
II.b A repercussão geral e sua relevância nas demandas tributárias	390
II.c O ‘ <i>Amicus Curiae</i> ’: mecanismo de ‘abertura cognitiva’ do STF na repercussão geral em matéria tributária	392

II.d	Da demonstração da repercussão geral em demandas tributárias e do interesse de <i>terceiros</i> em produzir manifestação no procedimento	397
III	Conclusão	399
	Referências	400

EFEITOS DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E LIVRE CONCORRÊNCIA

FERNANDO FACURY SCAFF		401
1	Posição da questão	401
2	Liberdade de iniciativa econômica e livre concorrência.....	405
3	Isonomia, livre concorrência e neutralidade econômica dos tributos.....	408
4	Controle de constitucionalidade pelo STF, efeitos da coisa julgada e livre concorrência.....	412
5	Conclusões.....	425
	Referências	425

OS PRONUNCIAMENTOS DO STF SOBRE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS E SUA REPERCUSSÃO SOBRE A COISA JULGADA (IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DO TÍTULO EXECUTIVO INCONSTITUCIONAL E A REGRA ESPECIAL SOBRE PRAZO DE AÇÃO RESCISÓRIA)

EDUARDO TALAMINI.....		427
1	Introdução	427
2	Sentido e finalidade da norma	428
3	Impugnação com caráter rescisório	429
4	A origem, no Direito Comparado.....	429
5	Constitucionalidade da regra.....	430
6	Hipótese de incidência	431
6.1	Pronunciamento do plenário do STF	431
6.2	Enfrentamento direto e relevante da questão (<i>ratio decidendi</i>) pelo Plenário	431
6.3	Decisão revestida de eficácia vinculante <i>erga omnes</i>	433
6.4	Decisão de constitucionalidade, inconstitucionalidade ou de interpretação conforme	434
6.5	Decisão anterior à formação do título executivo judicial	435
7	Modulação de efeitos	435
8	Desconstituição do <i>decisum</i> anterior e novo julgamento.....	437

9	Imprescindibilidade da impugnação ao cumprimento	438
10	Inaplicabilidade às decisões declaratórias e constitutivas	439
11	Limites de aplicabilidade da ação rescisória prevista nos arts. 525, §12, e 535, §5º	440
12	Direito intertemporal	441
	Referências	442
SOBRE OS AUTORES.....		445